

A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS NO DISCURSO: UMA ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA

Ingedore G. Villaça Koch
Unicamp/CNPq

Resumo:

Partindo da concepção de cognição como atividade e pressupondo uma noção de língua sob o ponto de vista não formal, o trabalho desenvolve a idéia de que toda atividade referencial é construída dentro de processos sociointeracionais situados. É nesse contexto que funcionam os articuladores textuais para produção e explicitação dos sentidos.

Palavras-chave: Cognição; referenciação; articuladores textuais.

Abstract:

Starting from the conception of cognition as an activity and presupposing a notion of language from a non formal point of view, the article develops the idea that every referential activity is constructed within situated socio-interactive processes. It is in this context that textual articulators contribute to the production of meaning.

Key-words: Cognition; reference; textual articulators.

Résumé:

En partant de la conception de cognition comme activité et en présupposant une notion de langue du point de vue non formel, ce travail développe l'idée selon laquelle toute activité référentielle est construite dans les processus socio-interactionnels situés historiquement. C'est dans ce contexte que les connecteurs textuels pour la production et explicitation du sens fonctionnent.

Mots-clés: cognition ; référence; connecteurs textuels

Introdução

A partir da década de 80, a pesquisa em Linguística Textual, acompanhando mudanças de paradigma que se processavam em outros ramos do saber, sofreu uma significativa alteração de rota, causada pela tomada de consciência de que todo fazer (ação) é necessariamente acompanhado de processos de ordem cognitiva, de que quem age precisa dispor de modelos mentais de operações e tipos de operações. Assim, a tônica das pesquisas na área passou a recair nas operações cognitivas de processamento textual, considerando-se o texto como resultado de processos mentais: é a abordagem procedural. Nesta abordagem, postulava-se que os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades e

episódios da vida social em que se acham envolvidos, isto é, têm conhecimentos representados na memória enciclopédica que necessitam ser ativados para que cada uma de suas atividades seja coroada de sucesso; e que, dessa forma, os interlocutores já trazem para a situação comunicativa determinadas expectativas e ativam certos conhecimentos e experiências no momento da motivação e estabelecimento de metas, em todas as fases preparatórias da construção textual, não apenas na tentativa de traduzir seu projeto em signos verbais (comparando entre si diversas possibilidades de concretização dos objetivos e selecionando aquelas que julgam as mais adequadas), como também no momento da compreensão de textos.

Sob esse ponto de vista, conforme Beaugrande & Dressler (1981:37) – cuja obra, constitui um dos marcos iniciais desse período —, o texto é originado por uma multiplicidade de operações cognitivas interligadas, “um documento de procedimentos de decisão, seleção e combinação”, de modo que caberia à Lingüística Textual desenvolver modelos procedurais de descrição textual, capazes de dar conta dos processos cognitivos que permitissem a integração dos diversos sistemas de conhecimento dos parceiros da comunicação, tendo em vista a descrição e a descoberta de procedimentos para sua atualização e tratamento, no quadro das motivações e estratégias da produção e compreensão de textos.

Nesta perspectiva, a Lingüística Textual incluiu entre seus pressupostos a existência de modelos cognitivos, inicialmente pesquisados em Inteligência Artificial e Psicologia da Cognição, os quais têm recebido, na literatura, denominações diversas (*frames*, Minsky, 1975; *scripts*, Schank & Abelson, 1977; *cenários*, Sanford & Garrod, 1985; *esquemas*, Rumelhart, 1980; *modelos mentais*, Johnson-Laird, 1983; *modelos episódicos ou de situação*, van Dijk, 1989, entre outras). Tais modelos caracterizam-se como estruturas complexas de conhecimentos, que representam as experiências que vivenciamos em sociedade e que servem de base aos processos conceituais. Frequentemente, são representados em forma de redes, nas quais as unidades conceituais são concebidas como variáveis ou “slots”, que denotam características estereotípicas

e que, durante os processos de compreensão, são preenchidas com valores concretos (“fillers”). Constituem, pois, conjuntos de conhecimentos socioculturalmente determinados e vivencialmente adquiridos, que contêm tanto conhecimentos sobre cenas, situações e eventos, como conhecimentos sobre como agir em situações particulares e realizar atividades específicas.

Segundo van Dijk & Kintsch (1983), por ocasião do processamento da informação na atividade de compreensão, selecionam-se os modelos com a ajuda dos quais o atual estado de coisas pode ser interpretado. As unidades não explícitas no texto devem ser inferidas do respectivo modelo. Nesse caso, na falta de informação explícita em contrário, utiliza-se sempre como preenchedor (“filler”) a informação estereotípica.

Os vários tipos de saberes são mobilizados “on-line” por ocasião do processamento textual e se atualizam nos textos por meio de diversos tipos de estratégias processuais. O processamento textual é, portanto, estratégico.

O processamento estratégico depende não só de características textuais, como também de características dos usuários da língua, tais como seus objetivos, convicções e conhecimento de mundo. Isto é, as estratégias cognitivas são *estratégias de uso* do conhecimento. E esse uso, em cada situação, depende dos objetivos do usuário, da quantidade de conhecimento disponível a partir do texto e do contexto, bem como de suas crenças, opiniões e atitudes. É isto que explica por que, no momento da compreensão, há a possibilidade de o leitor reconstruir não somente o sentido intencionado pelo produtor do texto, mas também outros sentidos, não previstos ou, por vezes, nem mesmo desejados pelo produtor.

Por ser a informação dos diversos níveis apenas em parte explicitada no texto, ficando a maior parte implícita, as inferências constituem estratégias cognitivas por meio das quais o ouvinte ou leitor, partindo da informação veiculada pelo texto e levando em conta o contexto (em sentido amplo), constrói novas representações mentais e/ou estabelece uma ponte entre segmentos textuais, ou entre informação explícita e informação não explicitada no texto. Conforme Beaugrande & Dressler (op.cit.), a inferenciação ocorre a cada vez que se mobiliza conhecimento próprio para construir um mundo textual.

Todo processo de compreensão pressupõe, portanto, atividades do ouvinte/leitor, de modo que se caracteriza como um processo ativo e contínuo de construção — e não apenas de reconstrução —, no qual as unidades de sentido ativadas a partir do texto se conectam a elementos suplementares de conhecimento extraídos de um modelo global também ativado em sua memória. Por ocasião da produção, o locutor já prevê essas inferências, na medida em que deixa implícitas certas partes do texto, pressupondo que tais lacunas venham a ser preenchidas sem dificuldades pelo interlocutor, com base em seus conhecimentos prévios e nos elementos da própria situação enunciativa. Esta é também a razão por que, na dependência desses conhecimentos e do contexto, diferentes interlocutores poderão construir interpretações diferentes do mesmo texto.

A perspectiva sociocognitivo-interacionista

Não tardou, porém, que a separação entre exterioridade e interioridade presente nas ciências cognitivas clássicas viesse a ser questionada, principalmente, pela separação que opera entre fenômenos mentais e sociais.

As ciências cognitivas clássicas têm tendido a trabalhar com uma diferença bem nítida e estanque entre os processos cognitivos que acontecem dentro da mente dos indivíduos e os processos que acontecem fora dela. Para o cognitivismo interessa explicar como os conhecimentos que um indivíduo possui estão estruturados em sua mente e como eles são acionados para resolver problemas postos pelo ambiente. O ambiente seria, assim, apenas um meio a ser analisado e, só depois disso, representado internamente, ou seja, uma fonte de informações para a mente individual.

De acordo com essa visão, a cultura e a vida social seriam parte deste ambiente e exigiriam a representação, na memória, de conhecimentos especificamente culturais. Entender a relação entre cognição e cultura seria, portanto, entender que conhecimentos os indivíduos devem ter para agir adequadamente dentro da cultura em que se inserem. Ou seja, sob esse ponto de vista, a cultura é um conjunto de dados a serem apreendidos, um conjunto de

noções e de procedimentos a serem armazenados individualmente. A cultura é vista como um fenômeno em geral passivo, sobre o qual as mentes atuam.

Contudo, a concepção de mente desvinculada do corpo, característica do cognitivismo clássico que predominou por muito tempo nas ciências cognitivas e, por decorrência, na lingüística, começa a cair como um todo quando várias áreas das ciências, como a neurobiologia, a antropologia e também a própria lingüística se dedicam a investigar com mais vigor esta relação e constatam que muitos dos nossos processos cognitivos têm por base mesma a percepção e capacidade de atuação física no mundo. Uma visão que incorpore aspectos sociais, culturais e interacionais à compreensão do processamento cognitivo baseia-se no fato de que grande parte dos processos cognitivos acontece na sociedade e não exclusivamente nos indivíduos. Essa visão, efetivamente, tem se revelado necessária para explicar tanto fenômenos cognitivos quanto culturais.

Ao admitir-se que mente e corpo não são entidades estanques, passa-se a postular, que a mente é um fenômeno essencialmente corporificado (“embodied”), que os aspectos motores e perceptuais e as formas de raciocínio abstrato são todos de natureza semelhante e profundamente inter-relacionados. Para autores como Varela, Thompson e Rosch (1992), nossa cognição é o resultado de nossas ações e de nossas capacidades sensório-motoras. Estes autores enfatizam a *enação*, ou seja, a emergência e desenvolvimento dos conceitos no interior das próprias atividades nas quais os organismos se engajam como a forma pela qual eles fazem sentido do mundo que os rodeia.

Desta forma, tais operações não se dão apenas na mente dos indivíduos, mas dependem da interação de várias ações conjuntas por eles praticadas. As rotinas computacionais que acontecem socialmente são muito comuns e envolvem diversas tarefas diárias. Trata-se de rotinas desenvolvidas culturalmente, que organizam as atividades mentais internas dos indivíduos, os quais adotam estratégias para dar conta das tarefas de acordo com as demandas socialmente impostas. (cf. Koch & Lima 2004)

Isto quer dizer que a cognição é um fenômeno *situado*. Voltar-se exclusivamente para dentro da mente à procura da explicação para os

comportamentos inteligentes e para as estratégias de construção do conhecimento pode levar a sérios equívocos. Na base da atividade lingüística está a interação e o compartilhar de conhecimentos e de atenção: os eventos lingüísticos não são a reunião de vários atos individuais e independentes, mas, ao contrário, uma atividade que se faz com os outros, conjuntamente. No dizer de Clark (1992), a língua é um tipo de ação conjunta.

Uma ação conjunta diferencia-se de ações individuais não meramente pelo número de pessoas envolvidas, mas pela qualidade da ação, pois nela a presença de vários indivíduos e a coordenação entre eles é essencial para que ação se desenvolva.

As ações verbais são ações conjuntas, já que usar a linguagem é sempre engajar-se em alguma ação em que ela é o próprio lugar onde a ação acontece, necessariamente em coordenação com outros. São ações que se desenrolam em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente. Os rituais, os gêneros e as forma verbais disponíveis não são em nada neutros quanto a este contexto social e histórico (cf. Koch & Lima op. cit.).

Dentro deste quadro, os processos cognitivos não são tomados como comportamentos previsíveis ou aprioristicamente concebidos, à margem das rotinas significativas da vida em sociedade. O tipo de relação que se estabelece entre linguagem e cognição é estreito, interno, de mútua constitutividade: a linguagem é tida como o principal mediador da interação entre as referências do mundo biológico e as referências do mundo sócio-cultural.

Esta concepção demanda uma reinterpretação da noção de contexto: ele é o lugar onde se constroem e reconstroem indefinidamente as significações, o árbitro das tensões entre sistematicidades e indeterminações do dizer e do mostrar, do dito e do implicado. Ele se apresenta, por um lado, como estruturado, mas tem, por outro lado, função estruturante, já que cria e dá forma aos processos de significação (Morato & Koch 2003).

Assim sendo, o texto passa ser visto como o próprio *lugar* da interação e os interlocutores como sujeitos ativos que — dialogicamente — nele se constroem e por ele são construídos. A produção de linguagem constitui *atividade interativa* altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com

base nos elementos lingüísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes, mas, sobretudo, a sua reconstrução no momento da interação verbal.

Em conseqüência do grande interesse pela dimensão sociocognitiva da linguagem e processos afeitos a ela, surge (ou ressurge) todo um conjunto de questões pertinentes para a agenda de estudos da linguagem, entre as quais destacarei aqui a referenciação, em particular aquela realizada por meio de expressões nominais, bem como os articuladores ou marcadores metadiscursivos.

Referenciação

Parto do pressuposto de que a referenciação é uma atividade discursiva (cf. Marcuschi & Koch 1998; Koch & Marcuschi 2002), posição que é defendida por Mondada & Dubois (1995:278 ss), que as leva a postular uma instabilidade das relações entre as palavras e as coisas.

Entendem Mondada & Dubois que as categorias utilizadas para descrever o mundo alteram-se tanto sincrônica quanto diacronicamente: quer nos discursos ordinários, quer nos discursos científicos, elas são antes plurais e mutáveis, do que fixadas normativa ou historicamente. Citam Sacks (1972) que, no quadro etnometodológico, propõe estudar a categorização como um problema de decisão que se coloca aos atores sociais, de forma que a questão não seria avaliar a adequação de um rótulo “correto”, mas de descrever os procedimentos lingüísticos e cognitivos por meio dos quais os atores sociais referem-se uns aos outros. Salientam ainda que é necessário considerar a referência aos objetos do mundo físico e natural no seio de uma concepção geral dos processos de categorização discursiva e cognitiva tal como são considerados nas práticas situadas dos sujeitos. Diz Mondada (1994:97):

A análise etnometodológica das categorias permite mostrar que elas são sempre construídas num contexto interacional, de forma situada e com fins práticos. A questão da adequação referencial não pode ser posta sem a concepção de que a referência é construída local e

interativamente, e não dada por critérios a priori em relação com uma realidade independente.

Pode-se, assim, afirmar que a língua não existe fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm e nos quais mobilizam suas percepções, seus saberes quer de ordem lingüística, quer de ordem sócio-cognitiva, ou seja, seus modelos de mundo. Estes, todavia, não são estáticos, (re)constroem-se tanto sincrônica como diacronicamente, dentro das diversas cenas enunciativas, de modo que, no momento em que se passa da língua ao discurso, torna-se necessário mobilizar conhecimentos — socialmente compartilhados e discursivamente (re)construídos —, bem como situar-se dentro das contingências históricas, para que se possa proceder aos encadeamentos discursivos.

Desta forma, defende-se que a referenciação, bem como a progressão referencial, consistem na construção e reconstrução de objetos-de-discurso, posição que se encontra assim explicitada em Apothéloz & Reicher-Béguelin (1995:228):

De maneira geral, argumentaremos (...) em favor de uma concepção construtivista da referência (...); assumiremos plenamente o postulado segundo o qual os chamados 'objetos-de-discurso' não preexistem 'naturalmente' à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos — fundamentalmente culturais – desta atividade.

Dentro dessa concepção, defendemos em Koch & Marcuschi (1998) que a discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem não consiste em um simples processo de elaboração de informações, mas num processo de (re)construção do próprio real. Sempre que usamos uma forma simbólica, manipulamos a própria percepção da realidade de maneira significativa. É dessa assunção que decorre a proposta de substituir a noção de referência pela noção de referenciação, tal como postula Mondada (2001:9):

Ela [a referenciação] não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as

versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores”

A referenciação constitui, assim, uma atividade discursiva. O sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material lingüístico que tem à sua disposição, procedendo a escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido (Koch 1999; 2002). Isto é, as formas de referenciação são escolhas do sujeito em interação com outros sujeitos, em função de um querer-dizer. Os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralingüística, mas (re)constroem-na no próprio processo de interação. Ou seja: a realidade é construída, mantida e alterada pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ela: interpretamos e construímos nossos mundos por meio da interação com o entorno físico, social e cultural.

Na constituição da memória discursiva, estão envolvidos, enquanto operações básicas, as seguintes estratégias de referenciação:

1. construção/ativação: pela qual um ‘objeto’ textual até então não mencionado é introduzido, ativado na memória, passando a preencher um nóculo (“endereço” cognitivo, locação) na rede conceptual do modelo de mundo textual: a expressão lingüística que o representa é posta em foco na memória de trabalho, de tal forma que esse “objeto” fica saliente no modelo.

2. reconstrução/reativação: um nóculo já presente na memória discursiva é reintroduzido na memória operacional, por meio de uma forma referencial, de modo que o objeto-de-discurso permanece saliente (o nóculo continua em foco).

3. desfocalização/desativação: quando um novo objeto-de-discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal. O objeto retirado de foco, contudo, permanece em estado de ativação parcial (“stand by”), podendo voltar à posição focal a qualquer momento; ou seja, ele continua disponível para utilização imediata na memória dos interlocutores.

Pela repetição constante de tais estratégias, estabiliza-se, por um lado, o modelo textual; por outro lado, porém, este modelo é continuamente

reelaborado e modificado por meio de novas referências (Schwarz 2000). Desta maneira, “endereços” ou nódulos cognitivos já existentes podem ser, a todo momento, modificados ou expandidos, de modo que, durante o processo de compreensão, desdobra-se uma unidade de representação extremamente complexa, pelo acréscimo sucessivo e intermitente de novas categorizações e/ou avaliações acerca do referente.

Vejam como se constrói socio-cognitivamente a referência no texto abaixo:

(1) “*A contínua e crescente resistência do povo iraquiano contra as forças de ocupação está transformando o Iraque, de base para a reorganização imperialista do Oriente Médio, em fator de desorganização e desestabilização na região e internacionalmente. A euforia de Bush e assecas pela captura de Saddam Hussein serviu para amortecer por pouco tempo a desmoralização à qual chegara a ocupação militar, mas não resolve nenhuma das contradições que enfrenta. Não se achou nenhuma evidência de que Saddam estivesse dirigindo a resistência popular. Diante dos últimos golpes ressonantes da resistência iraquiana, as respostas militares norte-americanas são inúteis porque os EUA carecem de um perfil da crescente insurreição, ou seja, não sabem contra quem combatem. A ocupação norte-americana do Iraque é um ponto de concentração das poderosas contradições que caracterizam o capital mundial. Para financiar uma saída para a crise, o governo Bush recorreu a um confisco mundial em grande escala mediante a desvalorização do dólar e, portanto, de sua dívida externa: depois da “guerra infinita”, o “confisco infinito”.* (...) (Osvaldo Coggiola, Um panorama mundial de crescente instabilidade, InformAndes no.123, fev. de 2004, p.8).

Evidencia-se, no caso, que se trata de uma construção e reconstrução de referentes, extremamente complexa, em que intervêm não somente o saber construído lingüisticamente pelo próprio texto e os conteúdos inferenciais que podem ser calculados a partir de conteúdos lingüísticos tomados por premissas, graças aos conhecimentos lexicais, aos pré-requisitos enciclopédicos e culturais e aos lugares comuns argumentativos de uma dada sociedade, como também os saberes, opiniões e juízos compartilhados no momento da interação entre o autor da matéria e o público com que dialoga e do qual espera concordância.

É claro que a reação do leitor poderá ser de consenso, se ele se enquadrar na imagem dele construída pelo produtor do texto; ou de dissenso, se esta

imagem estiver equivocada. Não há dúvida, também de que, fossem outros o autor, o veículo, os interlocutores, totalmente diversa seria a construção dos objetos-de-discurso.

Veja-se, agora, o exemplo (2):

(2) O dia começa às cinco para a turma que serve o café da manhã – carregam os pães e grandes vasilhames com café em carrinhos de ferro. Pelo guichê das celas trancadas surgem canecas e bules amassados, à medida que o grupo passa. *Os inimigos da aurora* deixam a vasilha de café no guichê da porta e penduram um saco plástico para receber o pãozinho com manteiga e evitar o suplício de sair da cama.

A expressão nominal *inimigos da aurora* é um objeto-de-discurso que só faz sentido no interior do texto: refere-se aos detentos que não gostam de levantar cedo. Seria muito difícil detectar o referente da expressão fora do contexto sociocognitivo mobilizado no texto.

Formas de introdução (ativação) de referentes no modelo textual

São de dois tipos os processos de construção de referentes textuais, isto é, de sua introdução/ativação no modelo textual. Para designá-los, vou me valer, de forma bastante livre, dos termos cunhados por Prince (1981), para postular que tal ativação pode ser ‘ancorada’ e ‘não-ancorada’.

A introdução será não-ancorada quando um objeto-de-discurso totalmente novo é introduzido no texto, passando a ter um ‘endereço cognitivo’ na memória do interlocutor. Quando representado por uma expressão nominal, esta opera uma categorização do referente.

Tem-se uma ativação ‘ancorada’ sempre que um novo objeto-de-discurso é introduzido, sob o modo do dado, em virtude de algum tipo de associação com elementos presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo passível de ser estabelecida por associação e/ou inferenciação. Estão entre esses casos as chamadas anáforas associativas e as anáforas indiretas de modo geral. A anáfora associativa explora relações meronímicas, ou seja, todas aquelas em que entra a

noção de ingrediência, tal como descrita por Lesniewski (1989). Incluem-se, pois, aqui não somente as associações metonímicas, mas também todas aquelas relações em que um dos elementos pode ser considerado ‘ingrediente’ do outro, conforme se verifica em (3), em que vagões e bancos podem ser considerados “ingredientes” de trem.

3) Uma das mais animadas atrações de Pernambuco é o trem do forró. Com saídas em todos os fins de semana de junho, ele liga o Recife à cidade de Cabo de Santo Agostinho, um percurso de 40 quilômetros. Os vagões, adaptados, transformam-se em verdadeiros arraiais. Bandeirinhas coloridas, fitas e balões dão o tom típico à decoração. Os bancos, colocados nas laterais, deixam o centro livre para as quadrilhas.

Já no exemplo (4), o que se tem é uma anáfora indireta, cuja interpretação vai exigir do leitor/ouvinte operações mais sofisticadas de ordem conceitual:

(4) “Abro uma antiga mala de velharias e lá encontro minha máscara de esgrima. Emocionante o momento em que púnhamos a máscara – tela tão fina – e nos enfrentávamos mascarados, sem feições. A túnica branca com o coração em relevo no lado esquerdo do peito, ‘olha esse alvo sem defesa, menina, defenda esse alvo!’ – advertia o professor e eu me confundia e o florete do adversário tocava reto no meu coração exposto.” (Lygia Fagundes Telles — *A disciplina do amor*).

“A túnica branca com o coração em relevo” é um referente novo, que remete às âncoras “máscara” e “esgrima” e as reativa, colocando-as novamente em foco, numa recuperação indireta. O mesmo processo se verifica com a anáfora indireta “o florete do adversário”, que, ao ser ativado, remete também a esgrima, de algum modo refocalizando tal referente. O cenário de aula de esgrima só se configura, porém, ou se confirma realmente, quando da introdução da entidade “o professor”, com o reforço do predicado “advertia” e de sua fala, em conotação autonímica assinalada pelas aspas (cf. Authier-Revuz 1981).

Tenho proposto que se incluam, também, entre os casos de introdução ancorada de objetos-de-discurso as chamadas nominalizações, tal como definidas por Apothéloz (1995): uma operação discursiva que consiste em referir, por meio de um sintagma nominal, um processo ou estado significado por uma proposição que, anteriormente, não tinha o estatuto de entidade. Assim definida,

a nominalização designa um fenômeno geral de transformação de proposições em entidades. Neste caso, porém, o processo de inferenciação é distinto daquele mobilizado no caso das anáforas associativas e indiretas.

As nominalizações são consideradas por Francis (1994) como *rotulações*, resultantes de *encapsulamentos* (cf. também Conte 1996) operados sobre predicções antecedentes ou subseqüentes, ou seja, sobre processos e seus actantes, os quais passam a ser representados como objetos-acontecimento na memória discursiva dos interlocutores. Isto é, introduz-se um referente novo, encapsulando a informação difusa no co-texto precedente ou subseqüente (*informação-suporte*, segundo Apothéloz & Chanet 1997). Do ponto de vista da dinâmica discursiva, apresenta-se, *pressupondo* sua existência, um processo que foi (ou será) predicativamente significado, que acaba de ser (ou vai ser) *posto*. Os rótulos podem, portanto, ser prospectivos e retrospectivos, como se pode ver em (5) e (6), respectivamente:

(5) Depois de longas horas de debate, os congressistas conseguiram chegar a *uma decisão*: adiar, por algum tempo, a reforma, até que se conseguisse algum consenso quanto aos aspectos mais relevantes.

(6) O americano Narciso Rodriguez desembarcou mais uma vez no Brasil. Desta vez, o estilista não veio visitar amigos estrelados do naipe de Caetano Veloso. E, sim, lançar o primeiro perfume com sua assinatura (...). Fora do país, onde é vendido há nove meses, o produto foi premiado com o conceituado Fifi Awards, na categoria Nicho, de fragrâncias femininas, que contempla perfumes vendidos em menos de 250 pontos nos Estados Unidos.

A premiação do perfume com tão pouco tempo de mercado repete a história de narciso na moda (...) (Mariana Abreu Sodré, *Cheiro de moda no ar*, ISTOÉ, 7/7/04)

Reconstrução ou manutenção no modelo textual – a progressão referencial

A reconstrução é a operação responsável pela manutenção em foco, no modelo de discurso, de objetos previamente introduzidos, dando origem às cadeias referenciais ou coesivas, responsáveis pela progressão referencial do texto. Pelo fato de o objeto encontrar-se ativado no modelo textual, ela pode

realizar-se por meio de recursos de ordem gramatical (pronomes, elipses, numerais, advérbios locativos etc), bem como por intermédio de recursos de ordem lexical (reiteração de itens lexicais, sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, expressões nominais etc.).

As *descrições nominais definidas* caracterizam-se por operar uma seleção, dentre as diversas propriedades de um referente — reais, co(n)textualmente determinadas ou intencionalmente atribuídas pelo locutor —, daquela ou daquelas que, em dada situação de interação, são relevantes para os propósitos do locutor (Koch 1984; 1989; 1992; 1997). Trata-se, em geral, da ativação, dentre os conhecimentos pressupostos como partilhados com o(s) interlocutor(es) (isto é, a partir de um *background* tido por comum), de características ou traços do referente que o locutor procura ressaltar ou enfatizar. Veja-se o exemplo (7) abaixo:

(7) Notas de rodapé para uma teoria da globalização
Uma borboleta bate as asas metálicas sobre o Pentágono e a *tempestade dos desertos insurgentes* se ergue no Oriente; os *aliados dos desgovernos anteriores* caem de joelhos e explodem. Quem precisa *desses comerciais de heróis e vitórias* quando mal entendemos o nosso fracasso? (...) (Fernando Bonassi, FSP, 21/09/2004)

A escolha de determinada descrição definida pode, pois, trazer ao leitor/ouvinte informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do produtor do texto, auxiliando-o na construção do sentido. Por outro lado, o locutor pode também ter o objetivo de, pelo uso de uma descrição definida, sob a capa do dado, dar a conhecer ao interlocutor, com os mais variados propósitos, propriedades ou fatos relativos ao referente que acredita desconhecidos do parceiro, como no exemplo (8):

(8) O prefeito é especialmente exigente para liberar novos empreendimentos imobiliários, principalmente quando estão localizados na franja da cidade ou em áreas rurais(...). “O crescimento urbano tem de ser em direção ao centro, ocupando os vazios urbanos e aproveitando a infra-estrutura, não na área rural que deve ser preservada, repete o *urbanista que entrou no PT em 1981*”

como militante dos movimentos populares por moradia. (Quem matou Toninho do PT? In: Caros Amigos 78, set. de 2003, p. 27)

Em geral, portanto, o emprego de expressões nominais anafóricas opera a recategorização de objetos-de-discurso, isto é, tais objetos vão ser reconstruídos de determinada forma, de acordo com o projeto de dizer do enunciador.

Como bem mostra Francis (1994:87), as formas remissivas nominais têm, freqüentemente, uma função organizacional importante: elas sinalizam que o autor do texto está passando a um estágio seguinte de sua argumentação, por meio do fechamento do anterior, pelo seu encapsulamento em uma forma nominal. Desempenham, portanto, um importante papel na introdução, mudança ou desvio de tópico, bem como de ligação entre tópicos e subtópicos. Ou seja, elas introduzem mudanças ou desvios do tópico, preservando, contudo, a continuidade tópica, ao alocarem a informação nova dentro do quadro da informação dada. Desta forma, são responsáveis simultaneamente pelos dois grandes movimentos de construção textual: *retroação* e *progressão*.

Assim sendo, como também apontam Apothéloz & Chanet (1997:170), as expressões referenciais podem efetuar a marcação de parágrafos, incrementando, deste modo, a estruturação do produto textual. Ressaltam os autores que não se trata aqui de parágrafo no sentido tipográfico, mas no sentido cognitivo do termo, embora, evidentemente, as duas coisas freqüentemente venham a coincidir.

O uso de uma expressão nominal hiperonímica com função anafórica pode ter a função de glosar um termo raro, atualizando, assim, os conhecimentos do interlocutor, como se pode ver em (9), com relação aos termos *marsupiais* e *animais*:

(9) *Os marsupiais* têm apenas dois tipos de pigmentos ligados à visão. *Esses animais*, assim como a maioria dos mamíferos, não são capazes de identificar todas as variações de cores que os seres humanos enxergam. (Boletim da FAPESP, 3/11,03)

Pode-se mencionar, ainda, a *anáfora especificadora*, que ocorre nos contextos em que se faz necessário um refinamento da categorização. Esse tipo

de expressão anafórica é freqüentemente introduzida pelo *artigo indefinido*, fato pouco registrado na literatura lingüística (cf. Koch, Ilari, Lima, entre alguns outros). Embora de certa forma condenada pela norma (que prefere a seqüência hipônimo/hiperônimo), este tipo de anáfora permite trazer, de forma compacta, informações novas a respeito do objeto-de-discurso:

(10) Uma catástrofe ameaça uma das últimas colônias de gorilas da África. *Uma epidemia de Ebola* já matou mais de 300 desses grandes macacos no santuário de Lossi, no noroeste do Congo. Trata-se de uma perda devastadora, pois representa o desaparecimento de um quarto da população de gorilas da reserva.

Certas paráfrases realizadas por expressões nominais funcionam como anáforas definicionais ou didáticas, como se pode verificar em *sanguessuga* e *anelídeos de corpo achatado* em (11):

(11) Parece filme de terror, mas a cena de *sanguessugas* grudadas na pele não está no cinema mas em diversos hospitais e centros de pesquisa espalhados no mundo. *Os anelídeos de corpo achatado* estão sendo usados, por exemplo, na remoção de sangue em áreas específicas de pacientes de cirurgias reconstrutivas.(Boletim da FAPESP, 5/11/2004).

Anáforas como essas propiciam, inclusive, a introjeção na memória de um léxico novo. Nas chamadas anáforas definicionais, o *definiendum* ou o termo técnico é o elemento previamente introduzido, e o *definiens* é aportado pela forma anafórica, que pode vir acompanhada de expressões características, como *um tipo de, uma espécie de*.

A anáfora didática, por sua vez, apresenta direção inversa: o *definiens* situa-se na expressão introdutora, ao passo que o *definiendum*, muitas vezes entre aspas, aparece na expressão referencial :

(12) Para orientar as manobras dos aviões, os aeródromos são dotados de aparelhos que indicam a direção dos ventos de superfície. *As birutas*, que têm a forma de sacola cônica, são instaladas perpendicularmente à extremidade de um mastro.

A vantagem dessa estratégia é permitir ao locutor adaptar-se simultaneamente às necessidades de dois públicos distintos. Permitindo definir um termo ou introduzir um vocábulo técnico da maneira mais concisa possível, esse tipo de anáfora torna-se um auxiliar importante dos gêneros didático e de divulgação científica.

Cabe, ainda, ressaltar a função de orientação argumentativa, que pode realizar-se pelo uso de termos ou expressões nominais, metafóricas ou não. Trata-se de manobra lexical, bastante comum, particularmente (mas não apenas) em gêneros opinativos:

(13) O comportamento da imprensa norte-americana merece repúdio, não só da opinião pública internacional, mas sobretudo dos trabalhadores dos órgãos de comunicação de massa, que devem estar se sentindo ultrajados e violentados em seu código de ética. Manipulando informações, agachando-se às ordens do *psicopata travestido de presidente eleito de forma fraudulenta, vergonhosa e indecente, que se auto-define salvador do mundo*, causa asco o *exibicionismo desumano e narcisista* com que a mídia americana mostra o *genocídio praticado pelo governo norte-americano e seu escravo-mor, Tony Blair*, contra o povo iraquiano. (Caros Amigos, Seção Caros leitores, Marília Lomanto Veloso, Feira de Santana, BA)

Cabe, também, mencionar a categorização metaenunciativa de um ato de enunciação: o uso de expressões nominais permite, muitas vezes, apresentar — metaenunciativamente — não uma recategorização do conteúdo da predicação precedente, mas a categorização e/ou avaliação de um ato cognitivo-discursivo realizado pela enunciação):

(14) Ônibus parado, as câmaras mostram. O seqüestrador desvaído, revólver na mão, mulheres sob tortura, gritos pela janela, letras de batom transmitindo ameaças.

O seqüestrador, capeta incansável no corredor do ônibus. “Vi-si-vel-men-te drogado”, afirma um repórter de televisão. “Vi-si-vel-men-te drogado”, afirma outro repórter de televisão. E no rádio se repete a *frase inteira* – frase feita em conteúdo e forma. (Ricardo Vespucci, Caros Amigos, ano IV, n. 40, 2000, p.21)

(15) Mesmo entre aqueles que criticam Pinochet, há vozes que condenam a sua detenção por ter, supostamente, violado a soberania chilena. Há pelo menos um equívoco básico *nesse argumento*. (...)

Essa discussão nada tem de “novo”(…) (José Arbex Jr., Caros Amigos, ano III, n.36, 2000, p.18)

Veja-se, também, o exemplo (16), em que a segunda ocorrência de *explicação*, entre aspas, mostra o distanciamento crítico do locutor em relação ao termo que aspeia (conotação autonímica, segundo Authier-Révuz 1981:982):

(16) A mídia internacional adora explicar que as guerras na África são conseqüência de diferenças étnicas, particularmente entre os grupos hutus e tutsis, majoritários na região. Aparentemente, a *explicação é exata*. Basta lembrar a guerra entre os grupos hutus e tutsis de Ruanda e Burundi, que matou pelo menos 1 milhão de seres humanos, entre abril de 1994 e maio de 1997, além de deixar centenas de milhares em miseráveis campos de refugiados, expostos a todo tipo de peste e desnutrição.

Essa “explicação” étnica é útil, confortável e racista. (...)

Os exemplos aqui apresentados permitem comprovar a tese de que os chamados ‘referentes’ são, na verdade, objetos-de-discurso. Os objetos-de-discurso são construídos sócio-cognitivamente no bojo da interação: eles são altamente dinâmicos, ou seja, transformam-se e reconstróem-se constantemente no curso da interação. A referenciação no discurso — como aliás as demais atividades de produção textual de sentidos —, constitui uma construção de cunho sociocognitivo e interacional.

Articuladores metadiscursivos

Outra categoria que revela o cunho sociocognitivo e interacional da construção do texto são os articuladores metadiscursivos, que, ao que me parece, ainda não mereceram um estudo integrado (mas cf. Koch 2002; 2004). Ao articularem segmentos textuais de variada extensão, os articuladores metadiscursivos caracterizam-se por introduzir no texto comentários ora sobre a

forma ou modo de formulação do enunciado (o modo como aquilo que se diz é dito, o estatuto discursivo do que é dito), ora sobre a própria atividade enunciativa, desempenhando, assim, uma importante função interpessoal. Tenho postulado (KOCH 2004) agrupá-los em três grupos: *lógico-pragmáticos ou modalizadores, metaformativos, e metaenunciativos.*

Modalizadores

A primeira classe de articuladores metadiscursivos é a dos modalizadores, que podem ser tomados em sentido amplo e em sentido restrito.

Os modalizadores *stricto sensu* são aqueles que expressam os diversos tipos de modalidades que, desde a antigüidade, vêm sendo objeto de estudo da lógica e da semântica: *aléticas, epistêmicas, deônticas.* A par destes, há os modalizadores *lato sensu*, entre os quais se podem mencionar os *axiológicos, os atitudinais, os delimitadores de domínio e os atenuadores.*

Modalizadores aléticos — são aqueles que se referem à necessidade ou possibilidade atribuídas à própria existência dos estados de coisas no mundo. São pouco comuns em textos da língua natural, por se confundirem geralmente com os epistêmicos ou os deônticos: ou nos referimos ao conhecimento que temos a respeito dessa existência ou à sua obrigatoriedade/facultatividade. Um exemplo poderia ser o seguinte:

(17) É impossível não se comover com essas lúcidas palavras de Nildo Ouriques. A poluição conecta-se ao despovoamento do interior do Estado, tanto que a pequena propriedade fundiária está em vias de extinção. (Nildo Ouriques, o reitor necessário em Santa Catarina, in: Caros Amigos 78, setembro de 2003, p. 43)

Modalizadores epistêmicos são os que assinalam o comprometimento/engajamento do locutor com relação ao seu enunciado, o grau de certeza com relação aos fatos enunciados:

(18) “Evidentemente, a divisão social do trabalho, associada aos direitos de propriedade e mediada pelo dinheiro, é uma maneira um

tanto engenhosa de organizar a produção. Na medida em que cada indivíduo subordina sua existência à tarefa que lhe cabe nessa gigantesca organização social chamada sociedade capitalista, é de esperar que, ‘no conjunto da obra’, esse arranjo pareça bastante funcional. Não há como negar que, excluindo todas as demais dimensões da vida humana, o capitalismo é um eficiente sistema produtor de mercadorias.(...)”. (Marcelo Manzano, *Eu e o Mundo*, in: Caros Amigos no. 54, setembro de 2001)

(19) Ainda é cedo para garantir que a prioridade à área social apregoada pela campanha petista será transformada em realidade; afinal, o orçamento continua apertado. É certo, porém, que o Partido dos Trabalhadores é responsável pela elaboração de boa parte dos programas implementados em âmbito federal na era FHC, sobretudo os testados por administrações petistas, como o Renda Mínima e o Bolsa-Escola. Logo parece sensato acreditar que a área social será o eixo do governo Lula. (A Prioridade No. 1, VEJA 1726, 30 de outubro de 2002, p. 58)

Os modalizadores de caráter deôntico indicam o grau de imperatividade/facultatividade atribuído ao conteúdo proposicional:

(20) É indispensável que se tenha em vista que, sem moralidade, não pode haver justiça social.

(21) As normas para a seleção ao programa de doutorado prevêm a apresentação de um projeto de tese. Opcionalmente, porém, os candidatos poderão anexar outros trabalhos que permitam avaliar sua capacidade de pesquisa.

Os modalizadores axiológicos expressam uma avaliação dos eventos, ações, situações a que o enunciado faz menção. Vejam-se os exemplos a seguir:

(22) (...) “Curiosamente, ao mesmo tempo em que proliferam alternativas de consumo e deleite através dessa potente máquina produtora de todo e qualquer tipo de mercadoria, nossos interesses tendem a convergir para atividades cada vez mais especializadas e descoladas das outras esferas da vida”. Com a vista ofuscada, dedicamos nossos dias a conquistar um horizonte de sonhos que já não sabemos como desfrutar.” (Marcelo Manzano, *Eu e o Mundo*, in: Caros Amigos, no. 54, setembro de 2001).

(23) Ainda não se sabe ao certo quem matou Toninho do PT. Inexplicavelmente, o caso foi dado como encerrado e não se falou mais nisso.

Modalizadores atitudinais ou *afetivos* são aqueles que encenam a atitude psicológica com que o enunciador se representa diante dos eventos de que fala o enunciado:

(24) Lamentavelmente, a Universidade contribuiu para o colapso ecológico da Ilha, destruindo a mata e jogando objetos químicos no mangue.(...) (Nildo Ouriques, o reitor necessário em Santa Catarina, in: Caros Amigos 78, setembro de 2003, p. 43)

Funcionam com *atenuadores* aqueles que têm em vista a preservação das faces dos interlocutores:

(25) Talvez fosse melhor pensar em modificar o atual estatuto, que, ao que me parece, apresenta algumas lacunas que poderão criar problemas futuros.

(26) No meu modesto modo de entender, creio que deveríamos refletir um pouco mais sobre essa questão.

São *delimitadores de domínio* ('hedges') os marcadores que explicitam o âmbito dentro do qual o conteúdo do enunciado deve ser verificado (=estou falando do ponto de vista x):

(27) bem me pediram para falar sobre o terreno... em princípio realmente eu... fico sem saber o que dizer... fui pegada de surpresa... mas... tenho um roteiro... o que me tranqüiliza mais um pouco... ((ri))
éh: geograficamente falando... o tipo de terreno... que nós encontramos... por exemplo o terreno plano... o terreno plano... aparentemente é um terreno bom... (DID REC 265: 1-5)

Um outro tipo de modalizadores é o dos *comentadores da forma como o enunciador se representa perante o outro no ato de enunciação*, ou seja, por meio dos quais o enunciador se representa perante o interlocutor como sendo franco, honesto, sincero:

(28) Francamente... não consigo entender o que você está querendo insinuar. (“eu estou sendo franco ao dizer x”)

(29) Honestamente, não se creio que se possa falar em corrupção nesse caso. (“eu estou sendo honesto ao afirmar x”)

Articuladores metaformativos

Por meio de enunciados metaformativos, o locutor procede a reflexões sobre a forma do dito, por exemplo, quanto à adequação dos termos empregados, à função de um segmento textual em relação ao anterior. Os enunciados metaformativos costumam vir introduzidos por marcadores que indicam o tipo de função que desempenham. Entre as muitas funções dos articuladores metaformativos, podem-se mencionar as seguintes (cf. também Jubran, 2003):

- *sinalização de busca de denominações*

A busca de denominações, como mostra Jubran (2003), pode ser sinalizada por expressões como *mais precisamente, sobretudo, isto é, quer dizer*, que, ao mediar duas opções, indicam que a segunda é mais apropriada do que a primeira. No lugar das expressões acima citadas, pode ocorrer a alternativa *ou*, como ocorre em (32), em que a inserção *ou precisão* provoca um retorno, no eixo sintagmático, ao núcleo do SN precedente (*exatidão*), substituindo-o, enquanto alternativa de opção lexical mais adequada ao contexto (*precisão do desenho*).

(30) Inf - bom ... outra coisa que nós vamos ver ... nos slides na na aula que vem ... é a extrema precisão do desenho ... eles conseguem chegar a uma fidelidade linear ... da natureza ... à extrema exatidão do desenho ... ou precisão ... e eles conseguem chegar ... a é óbvio uma evolução certo? (EF SP 405: 388 – 394)

- *indicação do estatuto de um segmento textual em relação aos anteriores*:
Efetua-se por meio de marcadores como *em síntese, em suma, em acréscimo a, em oposição a, para terminar* etc. Veja-se, por exemplo, o segmento (31):

(31) Mesmo inexistindo um vínculo de retomada direta entre uma anáfora indireta e um cotexto antecedente ou posterior persiste um vínculo coerente na continuidade temática que não compromete a compreensão. Em suma, a anáfora indireta é um caso de

referenciação textual, isto é, de construção, indução ou ativação de referentes no processo textual-discursivo. (Marcuschi, L. A ., *O barco textual e suas âncoras*, mimeo, 2001: 2)

- *introdução de tópico*

A introdução de tópico é, freqüentemente, marcada por articuladores do tipo: *quanto a, em relação a, no que diz respeito a, a respeito de, no que tange a, no que concerne a, com referência a, relativamente a etc.*

(32) A respeito da questão racial no Brasil, gostaria de dizer que ela constitui um problema ainda não totalmente resolvido.

- *interrupção e reintrodução de tópico (marcadores de digressão, 'bracketing devices')*

(33) "Quanto aos estudos sobre o humor sabe-se que, embora não houvesse pesquisa sobre o humor, ele é objeto de teorias desde Platão até nossos dias. Aristóteles já dizia que o riso é algo próprio do homem. Isto na segunda parte de sua Poética onde ele discorre sobre o humor, o riso, a comédia, a arte que nasce dos 'simples', isto é, do povo. Infelizmente, parece que a segunda parte de sua 'Arte Poética', a que tratava da comédia, se perdeu. É interessante lembrar que a leitura dessa obra é o motivo que Umberto Eco usou na composição do seu 'O Nome da Rosa', onde toda a trama ocorre pela proibição de ler algo que falava do riso, algo que não era de Deus, mas do demônio. Voltando ao assunto do humor, registramos..." (Travaglia, L.C., *O que faz quem rir. O humor brasileiro na televisão*, 1998).

No exemplo acima, pode-se verificar em que medida os articuladores utilizados são responsáveis pela organização tópica do trecho em questão: o tópico é introduzido pelo articulador *Quanto a...*, interrompido por *É interessante lembrar que...e*, em seguida, retomado por *Voltando ao assunto...*

- *nomeação do tipo de ato discursivo que o enunciado pretende realizar (a título de esclarecimento/ de comentário, de crítica ..., cabe a pergunta, a indagação ...etc.)*

(34) O juiz não considerou as provas suficientes para a condenação do réu. Cabe a pergunta, contudo: será que o rapaz, quando posto

em liberdade, será ressarcido dos danos morais e financeiros acarretados pela detenção indevida?

Articuladores metaenunciativos

Estes articuladores introduzem enunciados que atuam no âmbito da própria atividade enunciativa, tomando-a como objeto de reflexão, ou seja, são enunciados que evidenciam a propriedade auto-reflexiva da linguagem. Desta forma, a instância da enunciação é introjetada nos enunciados, instituindo-os simultaneamente como evento e como objeto de menção. Entre estes, destacam-se marcadores discursivos como *digamos assim*, *podemos dizer assim*, *por assim dizer*, *como se diz habitualmente*, *no exato sentido do termo*, que precedem ou sucedem um determinado elemento do discurso:

(35) Inf - os sindicatos são realmente entidades ... que têm ... determinados elementos ... que são considerados como postos ... de/quer dizer ... que são considerados como elementos chaves ... dentro da sua estrutura ... temos por exemplo um presidente ... um secretário ... um tesoureiro que são por assim dizer ... as peças chaves ... as vigas mestras ... dos sindicatos ... (DID REC 131: 92 – 96)

Os articuladores — em sentido amplo, como aqui postulado — são, como se pode facilmente concluir, multifuncionais. Verifica-se, também, que um mesmo operador, conforme o contexto textual-discursivo, pode estabelecer tipos diferentes de relações significativas e, desta maneira, ser classificado de formas diferentes. Esses elementos lingüísticos operam a progressão textual, desempenhando nela funções das mais variadas, de ordem cognitiva, discursivo-argumentativa, organizacional, metaenunciativa e interacional. Eles não apenas são responsáveis, em grande parte, pela seqüenciação do texto, como também se destinam a otimizar a interlocução, trazendo para a cena enunciativa um número bastante significativo de indicações ou sinalizações destinadas, ao lado das expressões nominais referenciais, a orientar o(s) interlocutor(es) na construção interacional do sentido.

Referência Bibliográfica

- APOTHÉLOZ, Denis; Marie-José REICHLER-BÉGUELIN. 1995. “Construction de la référence et stratégies de désignation”. In: BERRENDONNER, Alain; M-J. REICHLER-BEGUELIN (eds), p. 227-271.
- APOTHÉLOZ, Denis. 1995. “Nominalisations, référents clandestins et anaphores atypiques”. In: BERRENDONNER, A. e M-J REICHLER-BEGUELIN (eds), p.143-173.
- APOTHÉLOZ, Denis; Catherine CHANET. 1997. Défini et démonstratif dans les nominalisations. In: DE MULDER, Walter & Carl Vetters (eds.), *Relations anaphoriques et (in)cohérence*. Amsterdam: Rodopi, p.159-186.
- AUTHIER, Jacqueline. 1981. “Paroles tenus à distance”. In: *Materialités discursives*, Presses Universitaires de Lille.
- BEAUGRANDE, Robert de & DRESSLER, Wolfgang U. 1981. *Einführung in die Textlinguistik*, Tübingen, Niemeyer.
- BERRENDONNER, Alain; Marie-José REICHLER-BEGUELIN (eds). 1995. *.Du syntagme nominal aux objets-de discours. SN complexes, nominalisations, anaphores. Tranel v. 23*, Neuchâtel, Institute de Linguistique de l'Université de Neuchâtel, dez.
- CLARK, Herbert. 1992. *Arenas of Language Use*. Chicago, Chicago University Press.
- CONTE, Elisabeth. 1996. “Anaphoric encapsulation”. *Belgian Journal of Linguistics: Coherence and anaphora*, v. 10, p.1-10.
- FRANCIS, Gill. 1994. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: COULTHARD, Malcolm (ed.), *Advances in written text analysis*. Londres: Routledge,
- JOHNSON-LAIRD, P. N. 1983. *Mental Models*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JUBRAN, Clélia C.S. 2003. Parentetização. In: *Gramática do Português Falado*, vol.1: Construção do texto falado, Edunicamp.
- KOCH, I.G.V. 1984. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez.
- _____. 1989. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto.
- _____. 1992. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto.
- _____. 1997. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto.
- _____. 2002. *.Desvendando os segredos do texto*. São Paulo, Cortez.
- _____. 2004. *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____.1999. Referenciação: Construção discursiva. Ensaio apresentado por ocasião do concurso para Titular em Análise do Discurso do IEL/UNICAMP, dez.
- KOCH, Ingedore G. V; Luiz. Antônio MARCUSCHI. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A .*, vol.14, no. especial, p.169-190, 1998.
- KOCH, Ingedore G.V.; LIMA, Maria Luíza A. C. 2004. “Sociocognitivismo”. In: MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna Christina, *Introdução à Lingüística*, vol. 3, São Paulo, Cortez.
- LESNIEWSKI, S. 1989. *Sur les fondements de la mathématique. Fragments*. Trad, de G. Malinowski, Paris, Hermes.

- MARCUSCHI, Luiz Antônio; Ingedore V. KOCH Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, Maria Bernadete (org.), *Gramática do Português Falado*, vol. VIII, Campinas: Edunicamp, 2002 [1998].
- MONDADA, Lorenza; Danielle DUBOIS. 1995. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référentiation. In: A. BERRENDONNER & M-J. REICHLER-BÉGUELIN (op. cit.), pp.273-302.
- MONDADA, Lorenza. 1994. *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: approche linguistique de la construction des objets du discours*. Lausanne, Université de Lausanne.
- _____. 2001. Gestion du topic et organization de la conversation. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 41, Campinas, IEL/UNICAMP, pp. 7-36.
- MORATO, Edwiges; KOCH, Ingedore G.V. 2003. "Linguagem e cognição: os (des)encontros entre a Lingüística e as Ciências Cognitivas". In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 44, Campinas, IEL/UNICAMP, pp. 85-91.
- MINSKY, M. 1975. A framework for representing knowledge. In P.WINSTON (ed.). *The Psychology of Computer Vision*. Chicago: Mc Graw - Hill.
- PRINCE, Ellen. 1981. Towards a taxonomy of given-new information. In: COLE, Peter (ed.), *Radical Pragmatics*, New York, Academic Press.
- RUMELHART, D.E. 1980. "Schemata: The building blocks of cognition". In: R.J. SPIRO et al. (orgs.). *Theoretical Issues in Reading Comprehension*. New Jersey: Erlbaum.
- SACKS, Harvey. 1972. "On the analizability of stories by children". In: GUMPERZ, J. & HYMES, D. (orgs.), *Directions in Sociolinguistics*. New York, Rinnehart & Winston, pp. 324-345.
- SCHANK, R.C.; ABELSON, R. P. 1977. *Scripts, Plans, Goals, and Understanding: An Inquiry into human knowledge structures*. Hillsdale, Erlbaum.
- SANFORD, A .J. & S.C. GARROD. 1985. "The role of background knowledge in psychological accounts of text comprehension". In: ALWOOD & HJELMQUIST (eds.). *Foregrounding background*". Lund: Doxa.
- SCHWARZ, Monika. 2000. *Indirekte Anaphern in Texten*.Tübingen: Niemeyer.
- VAN DIJK, Teun A. 1992 (1989). Modelos na memória - o papel das representações da situação no processamento do discurso. In: *Cognição, Discurso e Interação*. São Paulo, Contexto.
- VAN DIJK, Teun A.; KINTSCH, Walter. 1983. *Strategies of discourse comprehension*. New York, Academic Press.
- VARELLA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. 1992. *The embodied mind. Cognitive science and human experience*. Cambridge, The MIT Press.